

A Economia Solidária como estratégia e política de desenvolvimento

Desenvolvimento local e desenvolvimento endógeno

Texto elaborado a partir do GT de Relações Internacionais, por Bárbara França (UNITRABALHO) e Maria Zanin (Rede ITCPs)

A economia solidária é fruto da organização de trabalhadoras e trabalhadores na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de solidariedade, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de riqueza em geral e de capital em particular.

Esta nova prática de produção e consumo privilegia a propriedade coletiva, a autogestão, a justiça social, o cuidado com o meio ambiente e a responsabilidade com as gerações futuras.

O movimento da economia solidária tem crescido de maneira muito rápida, não apenas no Brasil, mas também em diversos outros países. Constitui-se como uma das possibilidades de construção de uma globalização solidária por meio do estreitamento de relações entre participantes de economia solidária nos diversos continentes e de sua articulação com outros movimentos sociais e políticos que afirmam uma outra concepção de desenvolvimento.

Neste sentido, inicia-se, em 2004, na Venezuela, por meio do Ministério para a Economia Popular (MINEP), um processo de implantação de um novo modelo de desenvolvimento que se denominou “desenvolvimento endógeno”.

O conceito de “endógeno” perpassa o conceito de “local” pois significa que o desenvolvimento se origina no interior do sistema econômico-social, por fatores próprios e internos. É o desenvolvimento que vem de dentro da comunidade e que para ser alcançado é absolutamente central a participação ampla, prioritária e protogênica¹ da sociedade, para que expresse suas preferências e suas demandas.

O desenvolvimento endógeno se orienta na promoção de uma dinâmica de desenvolvimento que parte das potencialidades próprias de cada comunidade para promover o benefício coletivo e o desenvolvimento local. Desta forma, propõe articulações estratégicas entre os diferentes atores sócio-econômicos, a criação de uma estrutura produtiva eficiente e diversificada, social e ambientalmente sustentável, sujeita às prioridades e interesses estratégicos locais e não desconhecendo os objetivos nacionais de desenvolvimento. E por sua vez, propõe a articulação em aglomerados de interesse mútuo, por meio de organizações e redes locais ou regionais, para maximizar as capacidades de desenvolvimento local.

Desse modo, a demanda externa, em lugar de ditar as prioridades públicas, passa a se sujeitar das emanções procedentes do desenvolvimento local. Representa assim um paradigma radicalmente novo, ao colocar a prioridade nos valores, capacidades e vocações produtivas próprias de cada comunidade e de seu desenvolvimento humano, em lugar de subordiná-lo aos interesses econômicos, aos imperativos da competitividade e do mercado externo.

Conforme o MINEP-Venezuela, as políticas do desenvolvimento endógeno bolivariano² se orientam para satisfazer de maneira prioritária os requisitos e necessidades para o desenvolvimento humano integral e duradouro das próprias comunidades, a partir de suas potencialidades e da plena incorporação de todos os membros da comunidade às dinâmicas sócio-produtivas, em intercâmbio solidário com outras comunidades e com a nação em seu conjunto. Desta forma, deve-se garantir a sustentabilidade dos processos

¹ Persistente desde o início do desenvolvimento.

²Auto-denominação do atual governo da Venezuela.

socioeconômicos e assegurar que os benefícios do desenvolvimento se coloquem ao serviço do bem estar coletivo, com a participação direta e controle social das organizações populares.

Em nível nacional requer a articulação de políticas multi-setoriais orientadas a fortalecer, diversificar e **manter coerência com a** capacidade produtiva nacional, procurando a progressiva autonomia tecnológica e a auto-sustentabilidade das cadeias produtivas. Por sua vez requer a exploração racional e sustentável dos recursos naturais, de modo que estes se revertam em benefício das comunidades de onde são extraídos e da nação em seu conjunto. Neste contexto, as políticas territoriais assumem especial importância, pois se orientam a um reordenamento territorial que permita maximizar as relações de mútuo intercâmbio e desenvolvimento sustentável e igualitário tanto local quanto nacional.

Em nível local o desenvolvimento endógeno se orienta a satisfazer as necessidades e demandas coletivas, através da participação ativa de todos os membros da comunidade na vida política, social, cultural e produtiva. Para isto, parte das vocações produtivas locais, dos valores e cultura próprios das comunidades e suas tradições de luta e organização para o trabalho. O desenvolvimento endógeno requer compromissos das autoridades locais com a revolução democrática e a garantia de participação popular nos processos de planejamento e execução do desenvolvimento local. Promove cidadãos e cidadãs independentes, organizados solidariamente para a vida com dignidade, em áreas de crescimento pessoal e coletivo, que intercambiam bens, conhecimentos e experiências com outras comunidades organizadas através de redes produtivas e comunitárias.

Em nível regional, propõe aos povos latino-americanos a integração política e cultural solidária sobrepondo-se à integração econômica, para avançar ao redor de um eixo continental de desenvolvimento que permita a superação da dependência estrutural e a criação efetiva de um ordenamento mundial multipolar e justo, baseado em relações de mútuo intercâmbio. Por sua vez, defende um modelo de cooperação internacional centrado nos interesses dos países do Sul, por meio de convênios de transferências tecnológicas, cooperação solidária e horizontal e alianças estratégicas em torno de interesses de desenvolvimento comuns.

O modelo de desenvolvimento endógeno bolivariano se baseia em princípios como:

- Democracia participativa
- Organização popular
- Descentralização territorial
- Redistribuição de terra
- Ambiente sadio e produtivo
- Produção nacional
- Independência e pertinência tecnológica
- Soberania alimentar
- Cooperativismo
- Trabalho não dependente
- Cultura local
- Equidade de gênero

- Comunicação livre e alternativa

Baseado nestes princípios, em março de 2004, o governo do presidente Hugo Chávez criou a MISSÃO Vuelvan Caras que se constitui em um instrumento de vanguarda na luta contra a pobreza e a plena inclusão das comunidades excluídas das dinâmicas sócio-produtivas. Neste sentido, foram criados os Núcleos de Desarrollo Endógeno (NUDE) que são áreas ou localidades com potencial de desenvolvimento endógeno de acordo com suas próprias características históricas e culturais. Neste contexto, convocam-se os habitantes das localidades próximas para formação técnico-produtiva e sóciopolítica organizativa, orientada para uma posterior atividade cogestionária ou autogestionária. Desta forma, se fomenta a associação em cooperativas locais de interesse mútuo. A ativação de um NUDE começa com este processo e seu crescimento se apóia no trabalho das cooperativas e na articulação com o governo.

A missão Vuelvan Caras se desenvolve em cinco áreas, também conhecidas como frentes de batalha, de acordo com a natureza e vocação de uma determinada comunidade e com as correspondentes necessidades sócio-produtivas e de infraestrutura da mesma. Estas cinco áreas que não são excludentes e podem se dar simultaneamente em um determinado Núcleo de Desenvolvimento, são as seguintes: frente agrícola, frente turística, frente industrial, frente de infraestrutura e frente de serviços. Estas frentes foram definidas como estratégicas para o desenvolvimento soberano do país e o governo oferece financiamento em condições especiais para atividades nestas áreas.

Além do incentivo à participação e à organização popular, o governo da Venezuela afirma que esse projeto só dará certo se for articulado em escala continental. Com este objetivo busca alianças com outros países da América Latina, para a formação de redes de intercâmbio, de comercialização e de complementaridade produtiva. “A integração que estamos buscando não é só entre grandes projetos de infra-estrutura, mas principalmente uma integração entre os cidadãos do continente, uma integração onde o povo tenha protagonismo ativo para a construção de um modelo econômico solidário, diferente das políticas neoliberais que dominaram a América Latina nos últimos anos”, afirmou o ministro da Economia Popular da Venezuela, Elias Jaua.

Bibliografia consultada

- Fórum Brasileiro de Economia Solidária “A experiência de gestão e organização do Movimento de economia solidária no Brasil”, jan/2006.
- Ministério para la economía popular – ‘Cómo se constituye un nucleo de desarrollo endógeno: Guía para autoridades y organismos públicos’, Governo Bolivariano, Venezuela
- Osvaldo Sunkel – “És endógeno o no es desarrollo”, Desde dentro: revista de economia popular, Ano 1, no. 1 , pg 26-29, set/out 2005.
- Weissheimer, Marco Aurélio”, Leituras Cotidianas nº 204” - Agencia Carta Maior, 1/11/2005.